

EDUCAÇÃO 60+: ENVELHECIMENTO E PERSPECTIVAS DE INFOINCLUSÃO

Auberilândia Maria de Alencar Lima ¹ Valdirene da Silva Freire ²

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é uma realidade global, e com ele surge a necessidade de integrar a pessoa idosa à sociedade de forma plena e digna. Nesse contexto, a era digital apresenta-se como um paradoxo: se, por um lado, as novas tecnologias otimizam a vida de todo mundo, inclusive da terceira idade, facilitando a comunicação, o acesso à conteúdos e a realização de transações, por outro, este mesmo contexto gera vulnerabilidade, tornando-os alvos principais de golpes pela internet que surgem das mais diversas formas (Santos; Almêda, 2017).

A infoexclusão, ou a barreira de acesso e domínio das tecnologias digitais, é um problema social significativo para essa faixa etária. Dados referendados por Gil e Patrício (2020) mostram que, enquanto jovens entre 16 e 24 anos apresentam uso de 100% da internet, idosos entre 65 e 74 anos apresentam um índice de apenas 33%. Esta fratura digital aprofunda desigualdades e impede o exercício pleno da cidadania na sociedade contemporânea.

Diante desse cenário, o presente trabalho relata a experiência de um projeto de intervenção desenvolvido em parceria com alunos da EEMTI de Campos Sales, cujo objetivo principal foi instrumentalizar idosos da comunidade para o uso seguro e produtivo de celulares e aplicativos de internet. A iniciativa buscou, portanto, promover a infoinclusão não apenas como um instrumento de qualificação social, mas como um mecanismo concreto para a melhoria da qualidade de vida, socialização, ativação do raciocínio e aumento da autonomia, combatendo a exclusão digital que atinge essa parcela da população.

A fundamentação legal deste trabalho apoia-se no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), que em seu art. 20 assegura o direito à educação, cultura, esporte e lazer, e no art. 25, que prevê o apoio do poder público à criação de universidades abertas para idosos,



























¹ Mestre do Curso de Pós-graduação em Letras (PROFLETRAS) pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Professora da SEDUC-CE. alberilandiamaria@gmail.com;

² Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Universidade Estadual do Piaui (UESPI). Professora da SEDUC-CE. valdinhafranciel@gmail.com.



legitimando ações educativas voltadas para esse público. A infoinclusão é, assim, compreendida como uma prática social de apropriação tecnológica (Passerino; Pasqualotti, 2006) e uma ferramenta essencial para a garantia de direitos.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza interventiva e com abordagem qualitativa. O projeto foi executado em duas etapas sequenciais e complementares, tendo como *lócus* as comunidades onde residem os alunos da EEMTI de Campos Sales e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município.

Na primeira etapa, realizou-se um diagnóstico inicial por meio de uma entrevista estruturada com aplicação de questionário a aproximadamente 80 idosos, investigando seu conhecimento, acesso e uso de aplicativos de internet em aparelhos celulares. A partir da análise dos dados obtidos, que revelaram tanto o interesse quanto as principais dificuldades e vulnerabilidades dos idosos, foram planejadas e mediadas oficinas sobre o uso produtivo de mídias sociais. Essas oficinas, desenvolvidas com um grupo de idosos no CRAS, incluíram atividades como rodas de conversa, tutorias para o uso de aplicativos (WhatsApp, YouTube, redes sociais) e produção e postagem de vídeos, sempre priorizando uma linguagem acessível e dialógica.

Em um segundo momento, optou-se por desenvolver ações específicas voltadas para o conhecimento dos aspectos negativos e riscos do ambiente digital, sobretudo no que se refere a ataques golpistas e à disseminação de *fake news*. Para essa fase, foram aplicadas novas oficinas em parceria com profissionais da área de segurança digital e tecnologia, por meio de palestras, minicursos e jogos interativos que simularam situações reais de tentativa de golpes, capacitando os idosos para a identificação e a prevenção.

O trabalho pautou-se pelos princípios éticos da pesquisa, respeitando a autonomia e a privacidade dos participantes, todos devidamente informados sobre os objetivos do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento é um processo natural e dinâmico, que deve ser compreendido para além de sua dimensão biológica, abarcando aspectos psicológicos e sociais (Picirilli, 2018). Nessa perspectiva, a velhice não pode ser vista como uma fase de incapacidade,



























mas como uma etapa da vida com potencialidades específicas, onde a educação assume papel fundamental para a promoção da autonomia e da inclusão social (Fernandes, 2021).

A infoinclusão digital configura-se como uma dimensão essencial desse processo de inclusão social na contemporaneidade. Conforme demonstrado por Gil e Patrício (2020), os idosos representam o grupo etário com os mais altos índices de infoexclusão, fato que os coloca em situação de desvantagem social num mundo cada vez mais digitalizado. Esta exclusão não se limita ao não acesso aos dispositivos tecnológicos, mas compreende também a falta de competências digitais necessárias para uma participação plena na sociedade.

A apropriação tecnológica por parte dos idosos deve ser entendida como uma prática social (Passerino; Pasqualotti, 2006), que envolve não apenas a aquisição de habilidades técnicas, mas a integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) ao cotidiano, de modo a gerar empoderamento e ampliar as possibilidades de exercício da cidadania. Nesse sentido, Franco e Souza (2015) destacam que a inclusão digital para a terceira idade é fundamental para o acesso à informação, facilitando a comunicação com familiares, o acesso a serviços e a participação social.

Contudo, a inserção do idoso no mundo digital não é isenta de riscos. Santos e Almêda (2017) alertam que, paralelamente às vantagens, o ambiente digital expõe os idosos a golpes e ameaças virtuais, tornando-os alvos frequentes de ações maliciosas em razão de sua menor familiaridade com os mecanismos de segurança digital. Esta vulnerabilidade exige ações educativas que contemplem tanto o estímulo ao uso das TIC quanto a capacitação para o enfrentamento dos riscos inerentes a esse uso.

O marco legal que sustenta tais iniciativas encontra-se no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003), que em seu art. 25 prevê o apoio do poder público à criação de universidades abertas para pessoas idosas e a oferta de programas educacionais que contemplem suas especificidades. A educação ao longo da vida, portanto, configura-se como um direito e um instrumento de promoção do envelhecimento ativo e saudável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação do projeto "Educação 60+" permitiu a identificação de resultados significativos, que podem ser analisados em duas categorias principais: a superação de barreiras digitais e o empoderamento para o enfrentamento de riscos.

























Inicialmente, constatou-se um elevado interesse dos idosos em aprender a utilizar aplicativos de comunicação, especialmente o WhatsApp, e de acesso a conteúdos, como o YouTube. No entanto, esse interesse era acompanhado por um sentimento generalizado de receio e descrença na própria capacidade de aprendizado. Muitos participantes expressaram frases como "isso é coisa para jovem" ou "meu tempo de aprender já passou", evidenciando a internalização de estereótipos etários que constituem barreiras subjetivas à infoinclusão (Picirilli, 2018).

As oficinas práticas, baseadas em uma metodologia dialógica e pautada na valorização dos conhecimentos prévios dos participantes, mostraram-se eficazes na desconstrução dessas crenças limitantes. Ao final do primeiro ciclo de atividades, observou-se não apenas a aquisição de competências técnicas básicas – como enviar mensagens, fazer videochamadas e acessar vídeos – mas, sobretudo, um aumento significativo na autoconfiança dos idosos. Esse resultado vai ao encontro do que propõe Passerino e Pasqualotti (2006), para quem a verdadeira apropriação tecnológica ocorre quando o sujeito se reconhece como capaz de interagir com as ferramentas digitais.

A segunda etapa do projeto, focada nos aspectos negativos e riscos das redes sociais, revelou que a maioria dos idosos já havia sido exposta a tentativas de golpe, principalmente via WhatsApp, mas não possuía repertório para identificar ou lidar com essas situações. As palestras com profissionais especializados e os jogos interativos, que simulavam cenários de *phishing* e ofertas fraudulentas, proporcionaram um aprendizado contextualizado e aplicável. Os participantes relataram sentir-se mais seguros e preparados para, por exemplo, não clicar em links suspeitos ou verificar informações antes de compartilhá-las.

Um resultado adicional e de grande relevância foi o fortalecimento do vínculo entre a escola e a comunidade, materializado na intergeracionalidade promovida pelo projeto. Os alunos da EEMTI, atuando como monitores nas oficinas, não apenas solidificaram seus próprios conhecimentos, mas também ressignificaram sua percepção sobre a velhice, passando a enxergar os idosos como sujeitos ativos e capazes de aprender. Por outro lado, os idosos se sentiram valorizados ao partilhar suas experiências de vida com os jovens, criando um ambiente de mútuo aprendizado que corrobora a perspectiva de uma sociedade para todas as idades (Fernandes, 2021).

Os benefícios observados – inclusão social, manutenção da mente ativa, autonomia e segurança digital – demonstram que a infoinclusão, quando abordada de forma crítica e emancipatória, é uma poderosa ferramenta de promoção da cidadania na

























terceira idade, conforme previsto no Estatuto do Idoso (Brasil, 2003) e discutido por Gil e Patrício (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto "Educação 60+" reafirma a viabilidade e a urgência de iniciativas que promovam a infoinclusão da população idosa como um mecanismo efetivo de garantia de direitos e inclusão social. Os resultados obtidos demonstram que, quando oferecidas oportunidades de aprendizagem em um ambiente acolhedor e dialógico, os idosos são perfeitamente capazes de se apropriar das tecnologias digitais, superando barreiras técnicas e, principalmente, psicológicas.

A abordagem dupla do projeto – que conjugou o estímulo ao uso produtivo das TIC com a educação para a segurança digital – mostrou-se acertada, pois respondeu às reais necessidades e vulnerabilidades do público-alvo. Aprender a usar as ferramentas tornou-se, assim, um ato de empoderamento e autoproteção.

A experiência também evidencia o potencial transformador da intergeracionalidade, quebrando estereótipos e construindo pontes de entendimento e cooperação entre gerações. O sucesso da parceria entre a escola e o CRAS sugere que políticas públicas intersetoriais podem ser um caminho fértil para a ampliação de ações similares.

Conclui-se que a infoinclusão crítica e cidadã é um pilar fundamental para um envelhecimento ativo e saudável na sociedade digital. Para avançar, são necessárias não apenas novas pesquisas que acompanhem o impacto de longo prazo de tais intervenções, mas também a institucionalização de programas de letramento digital para idosos, integrados às políticas públicas de educação e assistência social, assegurando que o direito de aprender ao longo da vida seja, de fato, uma realidade para todos.

Palavras-chave: Inclusão; Educação, Globalização, Sociedade, Cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003.



























FERNANDES, Elizabeth Gomes de Sousa. **Envelhecimento humano e educação na perspectiva de uma inclusão social.** 2021. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021.

FRANCO, Juliana Aparecida; SOUZA, Dércia Antunes de Inclusão digital para pessoas de terceira idade: a importância do acesso a informação. In: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 12., 2015, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AEDB, 2015.

GIL, Henrique; PATRÍCIO, Maria Raquel. **Aprendizagem ao Longo da Vida e a Infoinclusão: Perspectivas da população envelhecida da região raiana de Portugal.** In: 2020 15th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI), 2020, Sevilha. Anais... Sevilha: CISTI, 2020. p. 1-5.

PASSERINO, L. M.; PASQUALOTTI, P. R. Inclusão digital como prática social: uma visão sócio-histórica da apropriação tecnológica em idosos. In:
______. Envelhecimento Humano: Saberes e Fazeres. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 246-260.

PICIRILLI, Cláudia Capelin. **Desenvolvimento humano II.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

SANTOS, Raimunda Fernanda dos; ALMÊDA, Kleyber Araújo. O Envelhecimento Humano e a Inclusão Digital: Análise do Uso das Fernamentas Tecnológicas pelos Idosos. **Ciência da Informação**, Maceió, v. 4, n. 2, p.59-68, maio 2017.























